

# INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA DAS RELIGIÕES

Alberto Pereira dos Santos\*

## **RESUMO:**

Este artigo procura enfocar o tema da religião na produção geográfica acadêmica e sua importância para a compreensão da pluralidade religiosa no espaço social. Tem como objetivo principal chamar a atenção dos geógrafos para a análise do espaço das religiões, sobretudo no Brasil, onde as religiões desempenharam um importante papel na formação histórico-cultural e, na atualidade, vêm conquistando cada vez mais espaço na sociedade brasileira.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Geografia, espaço da religião, pluralidade religiosa.

## **ABSTRACT:**

This article tries to concentrate on religion in academic geographic production and on its importance to the understanding of religious plurality in social space. Its main goal to call to geographers' attention for the analysis of the *space of religions*, above all in Brazil where religions play an important role in the historical-cultural formation and, in the present time, have occupied more and more space in the Brazilian society.

## **KEY WORDS:**

Geography, space of religion, religious plurality.

*“Um geógrafo humanista preocupado com a religião começa perguntando: qual é o significado da religião?... Ao nível individual, Albert Einstein era tão religioso quanto São Tomás de Aquino; as suas orientações diferiam, mas não as suas paixões por um cosmo significativo” (YU-FU TUAN)<sup>1</sup>*

## **1. Tolerância religiosa e etnocentrismo**

O cenário internacional, perante os recentes atentados terroristas nos EUA – Nova York e Pentágono em 11/09/2001 –, sugere releitura da tese *Choque das Civilizações*, defendida por HUNTINGTON (1994). O contexto histórico é propício à pesquisa, ao debate e à refle-

---

\* Mestre em Geografia Humana pela FFLCH-USP  
E-mail: albertogeousp@aol.com

xão a respeito da Geografia das Religiões e, sobretudo a reflexão a respeito do que é tolerância religiosa e etnocentrismo. Nesse sentido, apresentamos o presente artigo que é parte integrante do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado: *Geografia do (in)visível: o espaço do kardecismo em São Paulo*.

Por tolerância entende-se a capacidade de admitir modos de pensar, de agir e de sentir diferente dos de um indivíduo ou de grupos determinados, sejam grupos políticos ou religiosos. Tolerância é a capacidade de aceitar o outro, sobretudo quando este é estranho, exótico, diferente daquilo que conhecemos e aceitamos como certo, normal ou verdadeiro.

Mas para que haja a tolerância, é fundamental o conhecimento do outro que é diferente de nós. Geralmente, a intolerância é a expressão do preconceito em relação ao outro que é diferente. O preconceito também é fruto do desconhecimento ou de um deturpado ou falso conhecimento da realidade do outro.

Aqui é válido destacar o conceito de *etnocentrismo*. Etnocentrismo (etno: cultura; centrismo: ter como centro) é a tendência ou a atitude de considerar a nossa cultura ou religião como a medida de todas as demais. Quando subestimamos ou menosprezamos a cultura ou a religião do outro e, sobretudo, quando avaliamos a cultura ou a religião do outro a partir da nossa, supostamente superior, estamos praticando etnocentrismo.

Quando se diz, por exemplo, que os católicos têm uma fé falsa por idolatrar imagens, comete-se intolerância religiosa. Por outro lado, quando se diz que todos os islâmicos são terroristas ou que os judeus não têm fé por não aceitar Cristo, também, é uma atitude etnocêntrica. Também se expressa intolerância religiosa ou etnocentrismo quando, por exemplo, se diz que os espíritas (adeptos do espiritismo ou kardecismo) são fiéis de falsa doutrina e que os umbandistas e os "candomblistas" (adeptos do candomblé) são fiéis de doutrinas diabólicas.

A intolerância religiosa também está associada à pretensão de dominação social. Ou seja, o preconceito ou a intolerância religiosa pode ser uma manifestação do poder de um grupo social sobre outro. Geralmente, quando um grupo social pretende dominar a sociedade pela via religiosa, prega-se a satanização, o etnocentrismo, a intolerância em relação às outras religiões.

É importante lembrar, também, que o preconceito ou a intolerância religiosa é uma forma de discriminação social. Isso caracteriza crime contra os direitos humanos, uma vez que consta na Constituição da República Federativa do Brasil o seguinte:

*"Artigo 5º VI: é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de cultos e a suas liturgias."*

Também no Código Penal Brasileiro consta o seguinte:

*"Artigo 140, § 3º – "Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena: reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos e multa."*

A história das religiões tem sido marcada por intolerância religiosa que pode se expressar por diferentes maneiras: desde a não-aceitação pacífica da crença do outro, até às chamadas "guerras santas" isto é, conflitos sangrentos aparentemente por motivos religiosos, como, por exemplo, os conflitos armados entre protestantes e católicos na Irlanda e, mais recentemente, EUA (civilização ocidental) contra islâmicos.

Um dos caminhos para se chegar à tolerância e, portanto, para se quebrar ou pelo menos amenizar o preconceito, é possibilitar que o outro, o "estranho" se revele para nós, se apresente, se mostre quem é, como se é, e por que

é. Mas não basta que o outro se revele. É fundamental se permitir, a si mesmo, conhecer o outro, conhecer de perto a diferença que nos separa, mas, se possível, a semelhança que nos aproxima.

Nesse processo de construção da tolerância, parece que não se teria nada a perder (a não ser o preconceito). Ao contrário, provavelmente só se teria a ganhar: na medida em que haja a troca de experiências, se enriquece culturalmente e se ampliam as visões de mundos. Pode-se dizer que a tolerância religiosa é uma atitude democrática, madura e inovadora.

Hoje, em um contexto de globalização, quando o mundo parece ter se tornado menor, na medida em que houve um progresso nos meios de transporte e, sobretudo, nos meios de comunicação, quando a cultura do outro está cada vez mais próxima de nós por meio das migrações, do turismo e sobretudo da mídia, a humanidade vive um momento histórico de enorme necessidade de tolerância.

Em se tratando de pluralidade religiosa, no Brasil e no mundo, a tolerância surge como um elemento fundamental nas relações sociais no espaço das religiões. Não há como preservar a paz no mundo sem se investir na tolerância religiosa. Para haver paz no mundo é fundamental, também, a tolerância religiosa. A partir desta seria possível a construção de uma ética global e, talvez, a confraternização cultural e até religiosa.

Mas o que é tolerância religiosa? De modo simplificado, é admitir, respeitar e, sobretudo, possibilitar a convivência pacífica entre pessoas adeptas de diferentes religiões em um mesmo espaço social. É também respeitar as convicções sinceras, às vezes, por mais absurdas que nos possa parecer. Por outro lado, é fundamental não pretender violar as consciências humanas em matéria de religião, quando se acredita que a religião que se professa é mais coerente com a realidade ou quando se acredita que a verdade encontra-se em tal religião.

Um fato histórico, em direção à tolerância religiosa, ocorreu em 1999, quando o presidente do Irã, o Aiatolá Ali Hashemi visitou o Papa João Paulo II, no Vaticano (Itália). É evidente que esse encontro ecumênico entre os dois líderes das maiores religiões do mundo tem um significado simbólico, mas isso não garante, de imediato, que haja tolerância religiosa entre católicos e islâmicos.

O fundamental, no encontro ecumênico entre o Papa João Paulo II e o Aiatolá Ali Hashemi, é o exemplo dado para o mundo e, sobretudo, para cristãos e muçulmanos de que a tolerância religiosa é necessária no mundo atual. De forma simbólica, é como se, talvez, os dois chefes das maiores religiões do mundo, estivessem enviando a seguinte mensagem: *"católicos e islâmicos, nós desejamos a tolerância religiosa e a paz entre as nações"*

Contudo, a tolerância religiosa não é algo pronto e acabado, mas, sim, algo que se constrói historicamente. A partir das relações humanas no cotidiano, por exemplo, na escola, no clube ou no ambiente de trabalho, pode-se contribuir para uma tolerância religiosa com o diálogo aberto e fraterno a respeito da pluralidade religiosa, sem a pretensão de "converter" o outro. Nesse processo, ainda que as religiões tenham seus dogmas, isto é, "verdades" pretensamente absolutas, indiscutíveis e inquestionáveis, é fundamental procurar os pontos em comum entre as religiões. Todas as religiões têm semelhanças ou pontos de aproximação, talvez mais do que idéias que as contraponham.

## **2. A geografia sem religião**

Na história do pensamento geográfico, o tema da religião foi relativamente marginalizado. Por um lado, a Geografia Tradicional, sob a forte influência do positivismo geográfico, foi responsável, em parte, pelo desinteresse dos geógrafos – salvo raras exceções – em relação ao fenômeno religioso. Por outro lado, a Geografia Marxista negligenciou a dimensão geográfica das religiões no espaço social.

O positivismo e o marxismo influenciaram, também, a antropologia e a sociologia. Mesmo assim, cientistas sociais (Durkheim, Weber, Eliade, entre outros) deram atenção ao fenômeno religioso, contribuindo com importantes abordagens sociológicas e antropológicas a respeito da religião, enquanto elemento fundamental da cultura dos povos no tempo e no espaço. Também, sociólogos e antropólogos brasileiros vêm contribuindo, a partir da década de 1960, com importantes trabalhos sobre as religiões no Brasil.

Tanto a Geografia Tradicional quanto a Geografia Marxista (com raras exceções) negligenciaram a dimensão sensível do homem de percepção do mundo. A primeira, por negar o conhecimento subjetivo; a segunda, por rotular de alienação toda e qualquer relação afetiva ou simbólica do homem com a natureza.

Contudo, nessa última década, a produção acadêmica da Geografia vem contribuindo com abordagens que consideram fundamental a subjetividade, o imaginário e o simbolismo das relações que os sujeitos (homens e mulheres) estabelecem com a natureza. Constata-se uma certa tendência a abordagens geográficas mais plurais do espaço social. Entre essas abordagens têm merecido atenção, entre outros temas, o turismo, a questão ambiental e as religiões. Já era tempo, mesmo porque o espaço social é dinâmico e plural, e a produção acadêmica da Geografia necessita refletir a pluralidade sócio-cultural desse espaço.

### 3. A religião na Geografia

Na Geografia, o tema da religião foi pouco explorado, comparado a outros temas, como o urbano e o rural, a indústria e o comércio, a política e a gestão do território, etc. Todavia, há algumas contribuições de geógrafos – europeus e brasileiros – que se preocuparam com o estudo geográfico das religiões.

O interesse de alguns geógrafos pela análise das religiões no espaço social deu-se a partir do pós-guerra, paralelamente à Geografia Tradicional e suas correntes derivadas. Destacam-se as contribuições de PIERRE DEFFONTAINES (1948) com a obra *Géographie et religions*, que investigou as relações entre as culturas e suas representações religiosas concretas no espaço (igrejas, cemitérios, etc.) e MAXIMILIEN SORRE (cf. FRANÇA, 1972) que abordou as atividades religiosas e suas influências no espaço social, sobretudo no meio rural.

Na década de 1980, CLAUDE RAFFESTIN dedicou um capítulo em sua obra<sup>2</sup>, sugerindo uma abordagem política do fenômeno religioso, tecendo considerações sobre as relações entre religião e poder e, inclusive, chamando a atenção para a expansão do islamismo. PAUL CLAVAL (1992) teceu considerações a respeito do tema da religião na Geografia, sugerindo aos geógrafos a importância de explorar a percepção do mundo e o universo imaginário ricamente encontrado nas religiões e suas representações na paisagem e no espaço social.

O geógrafo M. BÜTTNER (cf. ROSENDAHL, 1996: 14) traz sua contribuição, sugerindo algumas orientações para o estudo da religião, das quais destacam-se dois importantes pontos: primeiro, que o geógrafo comece investigando a comunidade religiosa, buscando identificar sua estrutura espacial e ocupacional e a dinâmica social aí presente; segundo, aproprie-se da dialética da relação entre religião e ambiente; por um lado, considere as influências que a religião exerce sobre as pessoas (costumes, atitudes, etc.), por outro lado, verifique os fatores externos promotores de mudanças na religião investigada.

No Brasil, o estudo geográfico da religião é ainda embrionário tendo, portanto, muito a desenvolver. Na década de 1990, no entanto, o tema da religião tem atraído o interesse de alguns geógrafos brasileiros, sobretudo do eixo São Paulo-Rio.

Pelo levantamento realizado, constatou-se que o primeiro estudo geográfico da religião no Brasil foi elaborado na década de 1970, em São Paulo, por MARIA CECÍLIA FRANÇA, que culminou em sua tese de doutorado em Geografia pela USP, em 1972, sob o título *Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa*. A tese de FRANÇA é um estudo geográfico da devoção a Bom Jesus da Cana Verde nos pequenos centros paulistas de Iguape, Tremembé, Perdões e Pirapora. Trata-se de um estudo religioso-geográfico a respeito do catolicismo no Brasil. A autora analisa a organização do espaço em decorrência dos fluxos de peregrinação dos fiéis, nos quatro pequenos municípios mencionados. A abordagem geográfica da autora insere-se na concepção da Geografia Tradicional.

Numa perspectiva da Geografia Marxista sobre o estudo geográfico da religião, temos a contribuição de GUALBERTO GOUVEIA (1993): *A cidadania dos despossuídos: segregação e pentecostalismo*, dissertação de mestrado em Geografia pela USP. O autor faz uma análise geográfica do pentecostalismo no espaço urbano de São Paulo, tendo como delimitação espacial o bairro da Freguesia do Ó e defende que esse sistema religioso produz uma cidadania às avessas, isto é, um tipo de segregação sócio-espacial.

Outra contribuição para o estudo geográfico da religião vem de ZENY ROSENDAHL (1996): *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Além das sugestões bibliográficas sobre os estudos geográficos da religião, realizados principalmente por geógrafos europeus, a autora sugere uma proposição metodológica, fruto de sua experiência, durante os estudos de doutorado em Geografia, que culminou na tese intitulada *Porto das Caixas: Espaço Sagrado da Baixada Fluminense*, defendida na USP (1994). A autora tem como preocupação central o estudo geográfico sobre um centro de peregrinação do catolicismo popular na Baixada Fluminense. Há algumas semelhanças entre esse estudo e a tese de FRANÇA. No entanto, ROSENDAHL avança em sua abordagem contribuindo com novos conceitos.

Nessa breve exposição, tem-se uma síntese da produção dos geógrafos (estrangeiros e brasileiros) que buscaram a análise geográfica do fenômeno religioso. Ainda não há um corpo metodológico sistematizado dessas contribuições. No entanto, nelas pode-se encontrar algumas pistas que sugiram possíveis abordagens geográficas das religiões.

#### **4. O espaço das religiões: entre o visível e o invisível**

Se pretendemos, enquanto geógrafos, compreender, explicar e transformar o mundo a partir da Geografia, acreditamos que o espaço das religiões torna-se indispensável nesse processo de conscientização e construção da cidadania, uma vez que a religiosidade e as religiões são elementos integrantes do espaço geográfico.

O espaço geográfico é dinâmico, complexo e plural. Pensamos, porém, que o espaço geográfico é também, em sua essência, o espaço de vivência humana, ou seja, o espaço social tal como propõem vários autores (HARVEY, SOJA, SANTOS, e outros).

Nessa perspectiva, tomando a essência do objeto de estudo da Geografia, isto é, o espaço social, podemos sustentar que o espaço geográfico pode ser construído, sempre pelo homem, com inúmeras finalidades. Assim, o trabalho humano constrói múltiplos espaços que, de acordo com as finalidades para as quais foram construídos, são marcados por traços, detalhes, enfim, por signos que denotam as finalidades ou funções a eles pertinentes.

As funções dos espaços inserem-se nas múltiplas dimensões da vida humana, como o trabalho (em suas inúmeras categorias), o lazer, a educação, a saúde, a família, a religião, etc. Em cada uma dessas dimensões da vida humana há uma lógica própria, que as integra em uma totalidade. Assim, na totalidade do espaço geográfico imbricam-se e articulam-se múltiplos espaços sociais: o espaço da casa, o espaço da rua, o espaço da religião<sup>3</sup>

O espaço da religião é parte integrante da totalidade do espaço geográfico, uma vez que a religião possui dimensão geográfica, na medida em que envolve, em sua dinâmica, categorias geográficas, como, por exemplo, a população e o território.

Mas qual é o espaço da religião? DAMATTA (1986, p.109) defende que “casa e rua” são os espaços referenciais básicos nos quais circula a sociabilidade brasileira. No entanto, argumenta que aos espaços da casa e da rua, deve ser somado um outro espaço não menos referencial e crítico: “... o espaço do outro mundo, essa área demarcada por igrejas, capelas, ermidas, terreiros, centros espíritas, sinagogas, templos, cemitérios e tudo aquilo que faz parte e sinaliza as fronteiras entre o mundo em que vivemos e esse ‘outro mundo’ onde, um dia, também iremos habitar. Esse mundo habitado por mortos, fantasmas, almas, santos, anjos, orixás, deuses, Deus, a Virgem Maria, Jesus Cristo, para onde todos vão...”

O espaço da religião, tal como pensamos, muito se aproxima do que DAMATTA sugere como espaço do outro mundo. Em minha dissertação de mestrado (SANTOS, 1999) defendo o espaço da religião em uma concepção de complementaridade entre o que chamamos de *espaço visível* (que se refere ao território religioso, isto é, aos lugares sagrados: igrejas, centros espíritas, templos, terreiros, sinagogas, mesquitas, etc., e à dinâmica social aí presente) e o *espaço invisível* (que se refere à subjetividade, ao imaginário, à filosofia das religiões, enfim, às concepções de céu, inferno, purgatório e todos os possíveis e imagináveis lugares do pós-morte, do além, do outro mundo).

Assim, o espaço da religião se constitui pelo processo dinâmico das relações entre os inúmeros elementos integrantes e complementares do espaço visível e invisível. Entre os elementos integrantes desses espaços podemos citar: os atores, a tecnologia, a produção, o consumo, a razão e a emoção, a política e o poder sobre ou em torno da fé ou crença religiosa da população de um determinado território.

Acreditamos que aqui está a importância da religião para a Geografia: investigar o espaço da religião como parte integrante do espaço social.

## 5. A formação religiosa do Brasil

Em certo sentido, é possível dizer que o Brasil já nasceu religioso, ou pelo menos católico, uma vez que a Igreja Católica desempenhou uma forte influência no poder da monarquia portuguesa.

Pelas mãos da Companhia de Jesus, ordem religiosa da Igreja Católica, o catolicismo chegou às terras brasileiras na época da colonização. Aos jesuítas, principalmente, coube a tarefa de catequizar os aborígenes.

Contudo, os aborígenes (nossos autóctones) possuíam a crença politeísta. A pajelança, exercida pelo líder religioso de cada tribo indígena, o pajé, vai aos poucos se popularizando em meio à religiosidade brasileira.

Posteriormente, o candomblé nasceu no Brasil a partir do sincretismo entre a crença politeísta dos povos africanos, sobretudo os bantos e sudaneses, e a crença nos santos católicos.

O judaísmo também esteve presente no início da formação religiosa do Brasil. Com a Inquisição, introduzida em Portugal em 1531, os judeus que lá se estabeleciam foram obrigados a emigrar para outros continentes e países, entre eles a América e, por extensão, o território brasileiro.

O espiritismo (ou kardecismo), codificado por Allan Kardec na França em 1857 chegou ao Brasil por volta de 1860, por meio de um pequeno e elitizado grupo de franceses (jornalistas, professores, etc.). Posteriormente, a partir das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro (Capital Federal da época), a doutrina espírita difundiu-se pelo território brasileiro.

O protestantismo tradicional, representado por luteranos, presbiterianos, metodistas e outros, instalou-se no Brasil em meados do

século XIX. Posteriormente, o pentecostalismo, de origem norte-americana, chegou ao território brasileiro na primeira década do século XX e estabeleceu-se entre 1909 e 1914, com a Congregação Cristã no Brasil e a Assembléia de Deus, respectivamente.

A umbanda nasce no Brasil por volta de 1920, a partir do sincretismo do candomblé com o kardecismo. Surge daí as duas faces da umbanda: a esquerda, associada ao candomblé; e a direita, associada ao kardecismo.

É a partir do processo de formação histórico-religiosa brasileira, entre outros fatores, que compreenderemos a geografia das religiões no Brasil, esse país moderno e religioso.

## 6. Brasil: país moderno e religioso

Como já mencionado anteriormente, a religião está presente no Brasil desde a sua origem histórica. Por mais que o Brasil atual seja um país moderno, considerando os símbolos da modernidade que predominam no espaço social (urbanização, *shopping center*, automóveis, computadores, etc.), não se pode negar a forte religiosidade brasileira. Nesse sentido, há um contraste marcante: por um lado o Brasil é moderno, por outro, é religioso. Na essência, o povo brasileiro é religioso, ou pelo menos crente: 99% da população brasileira acredita em Deus<sup>4</sup>. Ainda que 1% da população brasileira seja atéia, pode-se dizer que a religiosidade, a crença, é algo unânime no Brasil, ou seja, “toda” a população brasileira crê, seja em Deus, em Jesus Cristo, nos santos, nos orixás, nos espíritos, etc.

Apesar da corrupção na política e em outros setores da sociedade, da violência urbana e rural, da infância abandonada e da velhice desamparada, enfim, da brutal e desumana injustiça social, a população brasileira encontra na crença a força para a luta cotidiana e tem esperança no amanhã. Por esse fato, os marxistas ortodoxos brasileiros repugnam toda

e qualquer experiência ou alternativa social ligada à religião. Repetem, assim, a conhecida frase de Marx: “*A religião é o ópio do povo*” Nas palavras de BOFF (1996, p.135): “*Deus é tão real e tão presente que nem a desgraça mais cruel pode empanar esta fé. Marx estava equivocado. Neste nível derradeiro, a fé não é ópio, é límpida libertação...*”

É verdade que oficialmente o Estado brasileiro é laico, isto é, juridicamente a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, portanto, o Poder Público – constituído pelo Executivo, Legislativo e Judiciário – não está subordinado a nenhum credo religioso ou Igreja.

A laicidade ou a separação do elemento religioso das instituições públicas nacionais tem permitido ao Estado brasileiro uma maior autonomia na política, na economia e na cultura desde a Proclamação da República.

No entanto, o aspecto constitucional da laicidade não impede que o poder religioso ou as religiões influenciem nos rumos da nação. O artigo 5º, item VI, da Constituição Federal, por exemplo, sustenta que:

*“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”*

Essa garantia constitucional não foi uma concessão do Estado, mas antes uma conquista do poder religioso, uma demonstração da força das religiões no espaço político nacional.

Ademais, a liberdade constitucional religiosa possibilita uma maior autonomia para a organização e participação das religiões tanto majoritárias quanto minoritárias no espaço social brasileiro. É certo que o poder das religiões é sempre relativo, mas de qualquer modo o poder religioso existe.

O poder religioso tanto pode, por um lado, exaltar uma população a manifestar-se em prol de questões sociais (por exemplo, as lutas

pela moradia, reforma agrária, pela vida ou contra o aborto), como pode, por outro lado, com determinadas pregações (por exemplo, as de algumas igrejas pentecostais), neutralizar uma parcela da população em relação aos escândalos sociais, como a corrupção política e as injustiças sociais em geral<sup>5</sup>.

Contudo, de um modo geral, o povo brasileiro é religioso e, por conseqüência, pacífico. Nada melhor que resolver tudo na *santa paz*, como se diz popularmente. Não é de estranhar que, na cultura popular haja, mesmo entre aqueles que se dizem ateus, os que também dizem “*graças a Deus*”

Não se trata aqui de negar ou subestimar as lutas e os conflitos sociais, mesmo porque eles ocorreram na nossa história e continuam presentes no Brasil atual, como é o caso da violência urbana e rural que, talvez, mate vidas humanas tanto quanto as guerras em outros países. Todavia, pode-se dizer que a pacificidade brasileira, construída historicamente, sobretudo pelas religiões, sobrepõe-se aos conflitos e às revoltas humanas, sendo amenizadas ou superadas pela religiosidade do povo brasileiro que tem esperança e crença em um Brasil mais justo e fraterno.

Não é por acaso que, em 1988, o Congresso Nacional promulgou a atual Constituição Federal “*sob a proteção de Deus*” como se lê em seu preâmbulo. Na verdade, esse fato deve-se à bancada de deputados evangélicos e cató-

licos, presentes à Assembléia Constituinte, que fez constar a expressão acima na introdução do texto constitucional.

## 7. A dinâmica do espaço religioso

O espaço das religiões no Brasil é dinâmico e plural, sobretudo encontra-se aqui um verdadeiro sincretismo religioso. A pluralidade religiosa, porém, nem sempre foi declarada e assumida pelo povo brasileiro. Até por volta do final do século XIX, precisamente até 1889, ser brasileiro era, quase obrigatoriamente, ser católico, uma vez que o catolicismo era a religião oficial do Império brasileiro.

Como conseqüência à Proclamação da República, ocorreu a separação entre o Estado e a Igreja Católica. A partir daí, e com a penetração de outras religiões no território brasileiro, o percentual do contingente de católicos vem sofrendo uma queda constante em contraposição ao crescimento dos adeptos de outras religiões, sobretudo os evangélicos (pentecostais principalmente), como mostra a tabela 1.

O espaço religioso brasileiro vem sofrendo mudanças constantes desde quando o catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado brasileiro. Essas mudanças foram lentas até as primeiras décadas do século XX. Todavia, o processo de conversão religiosa vem dando

**Tabela 1:** População brasileira segundo a religião (em %)

Período/Religiões	1872	1890	1940	1950	1960	1970	1980	1996*	2001**
Católica	99,72	98,92	95	93,48	93,07	91,77	88,96	74,9	35
Evangélica	-	1	2,61	3,35	4,03	5,17	6,62	13,3	30
Espírita (kardecista)	-	-	1,13	1,59	1,39	1,27	1,29	3,5	15
Outras	0,28	0,03	0,80	0,79	0,96	1,02	1,24	3,3	5
Sem religião	-	0,05	0,46	0,79	0,55	0,77	1,89	5	5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborada a partir de dados do IBGE.

\*PIERUCCI e PRANDI, 1996.

\*\*Praticantes, estimativas das Igrejas.

sinais significativos de transformação do espaço religioso desde os anos de 1940, acelerando-se a partir do final dos anos de 1970.

É possível considerar que as transformações do espaço religioso vêm acompanhando, relativamente, a mesma dinâmica do espaço social brasileiro. Um dado notável é o marcante êxodo rural, isto é, a migração da população rural para as cidades, sobretudo para as grandes metrópoles brasileiras.

Isso se reflete em relação ao catolicismo que esteve, durante séculos, atrelado ao modo de vida rural, à visão de mundo agrícola. A doutrina católica não acompanhou a rápida urbanização brasileira. Com o crescimento das cidades, foi nascendo um outro estilo de vida, uma visão de mundo urbano-industrial<sup>6</sup>.

Contudo, a religiosidade brasileira não morreu, apenas mudou de lugar. A maioria da população brasileira vive nas cidades, sobretudo nas áreas metropolitanas. Se no início do século XX a vida religiosa era lenta e monótona, no limiar do século XXI a dinâmica do espaço religioso é veloz e diversificada.

Como citado anteriormente, o espaço religioso é dinâmico e plural e é, sobretudo, um reflexo das transformações do espaço social brasileiro. Não há mais o monopólio de uma religião. Pelo contrário, há uma pluralidade religiosa, isto é, religiões para toda a população, de acordo com os interesses, entendimentos ou visões de mundo dos sujeitos.

Na atualidade, há religiões para satisfazer a necessidade espiritual de toda a população. E mesmo quando não se está satisfeito com a doutrina de determinada religião, basta deixá-la e converter-se a outra.

Nesse contexto de pluralidade religiosa, de procura espiritual, a concorrência entre as religiões, de modo geral, tem sido marcante. Atualmente, têm-se muitos caminhos ou religiões que levam ou pretendem levar o homem a Deus. Nessa dinâmica de competição religiosa, cada religião utiliza-se de estratégia própria para garantir e expandir seu espaço na sociedade.

Uma das formas de expandir o espaço religioso de toda e qualquer religião é por meio da conversão ou conquista de novos adeptos ou fiéis. Mais fiéis, significa mais espaço social e, conseqüentemente, mais poder religioso e político.

Para conquistar novos fiéis, as religiões utilizam-se de diferentes meios: pregação em espaço público (ruas e praças); distribuição de panfletos para os cultos ou consultas espirituais; cultos ou missas em estádios de futebol; programas de rádio e televisão, etc. Nessa dinâmica, às vezes, ocorre a algumas lideranças religiosas superestimarem, intencionalmente, a população de fiéis ou adeptos de suas igrejas.

## **8. População e religião no Brasil**

O fato de alguns líderes religiosos, sobretudo das igrejas pentecostais, superestimarem a população de fiéis, possivelmente, deve-se à carência de recenseamento específico, abrangente e detalhado sobre religião no território brasileiro. Essa tarefa caberia ao IBGE, porém esse órgão não tem se preocupado em criar uma metodologia adequada ao recenseamento de religiões no Brasil.

As razões da ausência de estudo profundo em relação às religiões por parte do IBGE podem ser várias. No momento, serão levantadas algumas possíveis razões a esse respeito.

Primeiro, sendo o Brasil constitucionalmente um país laico, desde a Proclamação da República, que cultural e legalmente garante e possibilita a pluralidade religiosa, pouco importaria ao governo um recenseamento aprofundado sobre as religiões. Segundo, a preocupação do IBGE tem sido predominantemente econômica e não cultural: em uma concepção economicista, valoriza-se a matéria em detrimento do espírito; nessa concepção, religião não dá lucro nem tampouco traz progresso ao país. Conseqüentemente, não justificaria o investimento em uma nova metodologia para o levantamento de dados sobre as religiões no país.

Pode-se constatar a veracidade das hipóteses acima pelo recenseamento geral de 1991, no qual o IBGE pouco se preocupou com o quesito religião. Havia dois tipos de questionários, um simplificado (o básico) e outro ampliado (a amostra). No primeiro, não houve investigação sobre religião. Já no segundo, incluiu-se apenas uma única questão aberta sobre religião: “Qual é sua religião?” No entanto, para cada 10 residências recenseadas, em apenas uma aplicou-se o questionário ampliado no qual constava a pergunta citada.

Como se sabe, a crença religiosa é uma questão de foro íntimo. Nenhum cidadão é obrigado a responder “qual é sua religião” sobretudo em uma sociedade ainda preconceituosa em relação ao assunto. Isso levou muitos brasileiros a não responderem ou negarem suas crenças religiosas<sup>7</sup>

Contudo, alguns institutos de pesquisa têm se dedicado à estatística das religiões no Brasil e, inclusive, com a aplicação de metodologias mais qualificadas que a do IBGE. Geralmente, têm sido pesquisas encomendadas por órgãos de imprensa.

Um das pesquisas mais recentes, e talvez a mais qualificada até o momento em matéria de religião no Brasil, tem sido aquela coordenada pelos sociólogos Flávio PIERUCCI e Reginaldo PRANDI, ambos da USP. Segundo esses dois sociólogos tem-se a seguinte realidade religiosa (Quadro 1):

<b>Quadro 1:</b> População brasileira segundo a religião (em %)	
Católicos	74,9
Pentecostais	9,9
Protestantes	3,4
Kardecistas	3,5
Afro-brasileiros	1,3
Outras	2
Nenhuma	5
Total	100

Fonte: Adaptado de PIERUCCI e PRANDI (1996).

Pode-se dizer que houve um salto qualitativo na pesquisa de PIERUCCI e PRANDI em relação ao IBGE, sobretudo, na metodologia aplicada<sup>8</sup>, pois, em vez de perguntar “qual é sua religião” os sociólogos apresentaram uma lista com várias denominações religiosas para que a população pesquisada indicasse qual é a sua opção religiosa. Essa forma de questionário é muito mais pluralista e, portanto, democrática. Com certeza, as minorias religiosas, que outrora foram (e de certo modo ainda são) alvo do preconceito religioso, sobretudo as de religiões afro-brasileiras (candomblé e umbanda) e, também, as espíritas (ou kardecistas), puderam identificar suas crenças democraticamente e sem receios.

Contudo, tratando-se de população e de opção religiosa na atualidade, não se pode afirmar que as estatísticas sejam duradouras, uma vez que a conversão religiosa é uma variável do espaço das religiões e esse é dinâmico como o próprio espaço social.

## 9. As religiões no cenário político nacional

Religião e política sempre caminharam lado a lado no processo histórico. Ora houve separação, ora houve fusão entre ambas. No Brasil não foi diferente. Como se sabe, até 1889 o catolicismo era a religião oficial. Ainda que hoje essa religião não seja mais oficial, é inegável o papel que a Igreja Católica desempenha no cenário político nacional (e internacional).

Contudo, na atualidade, estamos em tempo de pluralidade cultural no Brasil (e no mundo) e, por conseguinte, a pluralidade religiosa é uma realidade no espaço social. Esse contexto possibilita pensar o papel político que as religiões vêm desempenhando na sociedade brasileira.

Hoje, o eleitorado brasileiro é constituído por desempregados, consumidores e, sobretudo, por um povo religioso. Em anos eleitorais, os políticos comumente exploram a ques-

tão religiosa, aparecendo na mídia ao lado de líderes religiosos (bispos, padres, pastores, etc.) ou freqüentando os lugares sagrados (igrejas, templos, etc.).

Em um país religioso como o Brasil, um candidato que afirmar ou mesmo insinuar ser ateu, certamente perderá uma porção considerável de votos, quando não a eleição. Um exemplo concreto, nesse sentido, foi o caso do então senador Fernando Henrique Cardoso nas eleições municipais de São Paulo, em 1985, quando foi candidato a prefeito. Perguntado se acreditava em Deus, FHC se enroscou e não respondeu objetivamente nem sim nem não, deixando o eleitorado religioso paulista precavido, uma vez que se associa a crença em Deus com a moralidade. FHC poderá continuar sendo ateu, contudo, se certas declarações suas não são anti-religiosas, ao menos tem acenado, embora cinicamente, para todo o povo religioso brasileiro. Questionado, por um repórter, a respeito da solução para a seca do nordeste brasileiro, em maio de 1998, FHC, com desfaçatez, declarou: *"Depende de Deus, do tempo, da chuva..."*<sup>9</sup>.

Se por um lado os políticos exploram os votos dos crentes, por outro algumas lideranças religiosas também penetram no cenário político por meio das religiões. Sabe-se que, na história do Brasil, muitos candidatos chegam ao Poder (Executivo e Legislativo) com o apoio da Igreja Católica. Contudo, a partir da Constituinte de 1987 as Igrejas evangélicas entraram no cenário político com os seus próprios candidatos a cargos eletivos e o lema tem sido: *"Irmão vota em irmão"*

Com esse lema, os evangélicos têm conquistado cada vez mais espaço na política, sobretudo no Poder Legislativo (Federal, Estadual e Municipal). Os parlamentares evangélicos estão filiados a vários partidos, de direita, de centro e de esquerda. Porém, a maioria deles está filiada aos partidos de direita (PFL, PPB, PL, etc.), ainda que haja alguns evangélicos

filiados ao PT, como é o caso da senadora Benedita da Silva (da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro).

Em 1998, o Governador Antony Garotinho – que se converteu a evangélico – foi eleito com o apoio claro e expressivo das igrejas evangélicas do Rio de Janeiro. Para as eleições de 2002, o governador Garotinho pretende repetir a história, porém, na escala nacional, com o apoio de todas as igrejas evangélicas do Brasil. Para tanto, a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) já declarou apoio ao "governador evangélico"

Nesse sentido, é possível pensar que o cenário político brasileiro poderá incorporar "novos" discursos em prol de uma moralidade político-cristã ou, pelos menos, discursos políticos com apelo religioso, na medida em que as religiões vêm reformando os cidadãos no espaço privado e, paralelamente, fomentando influências no espaço público brasileiro...

## 10. À guisa de conclusão

Este sucinto artigo teve como um dos objetivos introduzir o tema da religião na Geografia, uma vez que venho me dedicando à pesquisa e à reflexão para a construção de uma Geografia da Religião. Ainda que seja um texto introdutório e, portanto, inacabado, acreditamos que possa somar-se à reflexão a respeito do espaço das religiões no Brasil e contribuir, positivamente, para uma compreensão mais ampla e plural do espaço geográfico.

É bem verdade que este trabalho está fadado à críticas diversas. Muito hesitei em publicá-lo. Contudo, todo trabalho que se pretenda acadêmico ou científico, inevitavelmente, deverá passar pelo purgatório da crítica.

Acredito que as perspectivas geográficas e humanas também se abrem e se constroem, na medida em que os geógrafos (e os humanos) possibilitem novos olhares para o mundo, sobretudo na aurora de um novo século e milênio.

### Notas

- 1 TUAN, Yu-Fu. *Geografia Humanística*. In: ... p.154.
- 2 RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. v. bibliografia.
- 3 Ver a esse respeito DA MATTA, R. *A Casa & a Rua*.
- 4 Segundo pesquisa do instituto Vox Populi, divulgada pela revista *Veja*, edição 1.489 (2/4/97), p.96.
- 5 As CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), de origem católica, são exemplos de experiências sociais que tentaram unir o cristianismo ao marxismo e marcaram presença no espaço político brasileiro na década de 1980. Por outro lado, a Congregação Cristã no Brasil, entre outras correntes, prega uma doutrina religiosa de negação do mundo, de isolamento social, sobretudo uma pregação anti-política.
- 6 Vale lembrar que, atualmente, a RCC (Renovação Católica Carismática) tem conquistado muitos católicos desgarrados. Alguns bispos eufóricos afirmam que o movimento carismático será a nova cara da Igreja Católica no século XXI. Esse movimento tem algumas semelhanças com o chamado *neopentecostalismo* (a IURD – Igreja Universal do Reino de Deus –, e a IRC – Igreja Renascer em Cristo).
- 7 Esse fato foi constatado em minha experiência como recenseador do IBGE, em 1991, na periferia de São Paulo. Citarei um exemplo: cheguei a uma casa-tenda de umbanda e todos os recenseados declararam-se católicos (inclusive a mãe-de-santo), uma vez que poderiam se declarar umbandistas (ou afro-brasileiros).
- 8 Não é objetivo desse artigo detalhar essa metodologia, sugerimos que o leitor interessado no assunto consulte PIERUCCI e PRANDI (1996). v. bibliografia.
- 9 *Folha de São Paulo*, 6/5/98.

### Bibliografia

- BOFF, Leonardo. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade*. 2.ed. São Paulo, Ática, 1996.
- BOFF, Leonardo (org.). *Igreja: Entre Norte e Sul*. São Paulo, Ática, 1995.
- BRETON, Roland J.L. *Geografia das Civilizações*. São Paulo, Ática, 1990.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Kardismo e Umbanda*. São Paulo, Pioneira, 1961.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira (org.) *Católicos, Protestantes e Espíritas*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1973.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.
- CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. *Da Ecologia à Autonomia*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CLAVAL, Paul. Le theme de la religion dans les etudes geographiques. Université de Paris-IV. *Géographie et cultures*, n.2, 1992.
- COLOMBO, Cleusa Beraldi. *História das Idéias Sociais Espíritas - Um século de Espiritismo: França-Brasil (1857-1957)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, Depto. de História, 1991.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & A Rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 4.ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1991.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil Brasil?* 2.ed. Rio de Janeiro, Rocco, 1986.
- DEFFONTAINES, Pierre. *Géographie et Religions*. Paris, Gallimard, 1948.
- BEYER, Peter F. *A Privatização e a Influência Pública da Religião na Sociedade Global*.

- In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura Global*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994. pp.395-416.
- FRANÇA, Maria Cecília. *Pequenos Centros Paulistas de Função Religiosa*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, Depto. de Geografia, 1972.
- GOUVEIA, Gualberto Luiz Nunes. *A Cidadania dos Despossuídos - Segregação e Pentecostalismo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, Depto. de Geografia, 1993.
- GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*. 4.ed. Campinas, SP, Papirus, 1993.
- HUNTINGTON, Samuel P. *Choque das Civilizações*. Rio de Janeiro, Política Externa, vol.2, n.4, março, 1994.
- LACOSTE, Yves. "Concepções mais ou menos amplas da Geograficidade" In: LACOSTE, Y. *A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 2.ed. Campinas, SP, Papirus, 1989. pp.113-9.
- LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa, Editorial Estampa, 1993.
- MAGNANI, J.Guilherme C. *Umbanda*. São Paulo, Ática, 1986.
- MARTINS, José de Souza (org.). *A Morte e os Mortos na sociedade brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1983.
- PIERUCCI, A.F.; PRANDI, J.R. *A Realidade Social das Religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- RAFFESTIN, Claude. *Religião e Poder*. In: RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo, Ática, 1993. pp.119-29.
- ROSENDAHL, Zeny. *Porto das Caixas: Espaço Sagrado da Baixada Fluminense*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, Depto. de Geografia, 1994.
- *Espaço & Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.
- SANTOS, Alberto P. *Geografia do (In)visível: O Espaço do Kardecismo em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. USP, FFLCH - Depto. de Geografia, 1999.
- TUAN, Yi-Fu. *Geografia Humanística*. In: CRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas Geográficas*. 2.ed. São Paulo, Difel, 1985. pp.143-64.
- VESENTINI, J. William. *Para uma geografia crítica na escola*. São Paulo, Ática, 1992.

